

VILA GALÉ, SOCIEDADE DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO SÍNTESE DE INDICADORES

Com referência a 31 de dezembro de 2021, são apresentados de seguida os principais indicadores de atividade consolidada da Vila Galé - Sociedade de Empreendimentos Turísticos, S.A. (Vila Galé ou Sociedade):

Indicadores Financeiros Consolidados (C)	31.12.2021	31.12.2020
Volume Negócios	109 920 467	68 005 141
Resultados Operacionais Brutos (antes depreciações/amortizações)	36 091 586	8 656 323
Resultados Operacionais	16 945 246	-11 384 248
Resultado Líquido	12 285 219	-31 692 143
Resultado por Ação	3,14	-7,88
Cash-flow líquido (1)	31 399 365	-11 478 549
Cash-flow bruto de exploração (2)	36 059 391	8 829 346

(1) - Resultado Líquido+Depreciações+Provisões+Imparidades+Variações Justo Valor

(2) - Resultado Líquido+Depreciações+Provisões+Imparidades+Variações Justo Valor+Juros+Imposto

Indicadores Financeiros Consolidados (C)	31.12.2021	31.12.2020
Activo líquido	268 256 752	242 376 133
Capitais próprios	114 573 328	101 096 259
Passivo	153 683 424	141 279 874
Autonomia financeira (Capitais próprios/Total do Balanço)	42,71%	41,71%

O volume de faturação no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 ascendeu a 110 milhões de euros, o que representa um acréscimo significativo de 62% face ao período homólogo, reflexo do amenizar da pandemia e retoma do fluxo turístico. Em valores absolutos traduz-se num aumento de 42 milhões euros.

Os custos operacionais diretos, registaram no exercício findo de 31 de dezembro de 2021 igualmente um acréscimo embora mais contido, de 28% (cerca de 18 milhões euros em termos absolutos). Esta redução, de menor amplitude que das vendas, resulta diretamente da manutenção de postos de trabalho no decurso do período da pandemia, premissa assumida pela Vila Galé e subjacente aos apoios de layoff prestados pelo Estado Português e Brasileiro.

Os resultados brutos operacionais em 2021 (expurgando MEP) fixaram-se nos 34 milhões de euros, versus 8,6 milhões de euros em 2020, o que representa um crescimento de 294%.

Os indicadores operacionais de exploração direta dos hotéis, são os seguintes:



Indicadores Operacionais Portugal	31.12.2021	31.12.2020	Var. %
Número Colaboradores Hotéis	622	804	-22,7%
Quartos Hotéis	1 761 855	1 729 051	1,9%
Ocupação Hotéis	429 153	322 794	32,9%
% Ocupação Hotéis	24,4%	18,7%	5,7 p.p.
Quartos DRHP	49 551	51 122	-3,1%
Ocupação DRHP	23 893	19 923	19,9%
% Ocupação DRHP	48,2%	39,0%	9,2 p.p.
Receita Alojamento (€)	44 222 296	28 127 044	57,2%
Receita F&B (€)	12 953 454	8 884 906	45,8%
Estadia Média	2,45	2,64	-7,2%
Receita Média Alojamento (€)	97,61	82,07	18,9%
Receita Média F&B (€)	28,59	25,92	10,3%

Indicadores Operacionais Brasil	31.12.2021	31.12.2020	Var. %
Número Colaboradores Hotéis	1 060	1 219	-13,1%
Quartos Hotéis	969 798	934 905	3,7%
Ocupação Hotéis	361 777	234 265	54,4%
% Ocupação Hotéis	37,3%	25,1%	12,2 p.p.
Receita Alojamento			
Reals	174 255 536	105 595 161	65,0%
Euros	27 314 007	17 916 920	52,4%
Receita F&B			
Reals	70 332 255	43 128 904	63,1%
Euros	11 024 360	7 317 922	50,6%
Estadia Média	2,91	2,55	14,0%
Receita Média Alojamento			
Reals	481,67	450,75	6,9%
Euros	75,50	76,48	-1,3%
Receita Média F&B			
Reals	194,41	184,10	5,6%
Euros	30,47	31,24	-2,4%

Tx Câmbio BP

6,38

5,89

São de destacar:

- ✓ Decréscimo do número de colaboradores, por caducidade dos contratos de trabalho
- ✓ Aumento da taxa de ocupação na operação em Portugal e Brasil
- ✓ Aumento da faturação na operação de Portugal e do Brasil
- ✓ Aumento no preço médio de Alojamento em Portugal e no Brasil
- ✓ Aumento no preço médio de F&B em Portugal e no Brasil



INTRODUÇÃO

O presente relatório e contas visa a apresentação das contas consolidadas da Vila Galé referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Na sequência da publicação em 13 de julho do Decreto-Lei n.º 158/2009, que veio aprovar o Sistema de Normalização Contabilística, as demonstrações financeiras consolidadas da Vila Galé são preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

- A estrutura acionista da Vila Galé alterou no exercício de 2021, decompondo-se da seguinte forma:

Acionistas	Capital	Ações	%
XPAR - Participações e Investimentos, SA	14 120 065	2 824 013	64,00%
JR Almeida, Lda	5 736 275	1 147 255	26,00%
Acções Próprias	2 206 260	441 252	10,00%
	22 062 600	4 412 520	100,00%

- A Vila Galé procedeu à mudança de instalações dos seus serviços centrais e consequente alteração da sua sede social para: Edifício Vila Galé, Alameda Bonifácio Lázaro Lozano, 9, 2780-125 Oeiras
- A Vila Galé, SA procedeu ao aumento de capital em 600 mil euros na sua participada XVinus, por conversão suprimientos, conforme deliberação em Assembleia Geral.
- A Vila Galé procedeu à incorporação por fusão, reportada a 1 de janeiro de 2021, da participada Vila Galé Coimbra.
- A Casa de Santa Vitória procedeu à incorporação por fusão, reportada a 1 de janeiro de 2021, da SV Frutas, sociedade (participada a 100%) que tem por objeto a produção e comercialização de fruta. Em janeiro de 2021 foi assinado contrato de cessão da totalidade da exploração de fruta (pera, ameixa, nectarinas) com entidade terceira, pelo que neste ramo de atividade Casa de Santa Vitória passou a receber as respetivas rendas inerentes à cessão de exploração.

- A Vila Galé procedeu ao reforço da posição no FIIF Vila Galé por compra de unidades de participação no montante de 24,8 milhões de euros, fixando a sua participação em 42,93%.
- A Vila Galé passou a totalidade da exploração agrícola e animal para a participada Casa de Santa Vitória, celebrando contratos de arrendamento rural.
- A Vila Galé procedeu à aquisição por 703 mil euros de imóvel sito em Tomar, para futura construção e exploração do hotel Vila Galé Tomar.
- A participada XVINUS assinou contrato promessa de compra e venda de imóvel denominado "Quinta do Curutelo", sito no Curutelo, Ponte de Lima, pelo montante de 1,75 milhões de euros, tendo sido pagos a título de sinal 262 500 euros. Este investimento visa a implementação de uma unidade hoteleira bem como à produção de vinho verde.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

ECONOMIA INTERNACIONAL

Em 2021, assistiu-se ao retomar da atividade económica mundial, em contraste com a contração de 2020, provocada pela grave crise pandémica que assolou todo o globo.

O progresso da vacinação permitiu que não se voltassem a implementar medidas tão severas de confinamento nas principais economias como sucedeu em 2020, mesmo perante o surgimento de novas variantes do coronavírus SARS-CoV-2, como a Delta no verão e a Ómicron no final do ano.

Mas ainda assim, a evolução da pandemia condicionou, o ritmo da recuperação económica, que progrediu num clima de grande incerteza, obrigando a uma adaptação constante das decisões dos agentes económicos, quer pela imposição temporária de novas restrições, com efeitos diretos na procura de bens e serviços, quer pelo agravamento das distorções do lado da oferta.

Num contexto com mais condicionamentos às atividades de lazer de natureza mais social, assistiu-se a uma alteração dos padrões de consumo das famílias, sobretudo nos países avançados, que passaram a direcionar as suas poupanças para o consumo de bens de carácter mais duradouro em detrimento dos serviços.

Este aumento de procura de bens duradouros, nomeadamente os tecnológicos, teve vários tipos de repercussões: por um lado, um forte aumento do comércio internacional, que se deparou com constrangimentos logísticos a nível de capacidade de transporte, com barcos e contentores a tornarem-se num bem escasso e também dificuldades na operação portuária;



por outro lado, a incapacidade de resposta do lado da oferta, que em certos casos deu origem ao encerramento temporário de fábricas em alguns setores, como é o caso da indústria automóvel, por falta de chips necessários para a sua construção.

A crise energética veio agravar ainda mais a situação, provocando mais restrições em algumas indústrias que utilizam este tipo de matérias-primas de forma mais intensiva, e que foram forçadas a fazer interrupções na sua produção, perante a escassez ou os elevados preços da energia, como aconteceu na China.

A conjugação de fatores como o desajustamento entre a oferta e a procura, as disrupções das cadeias de abastecimento e o aumento do custo das matérias-primas, sobretudo energéticas, levou a um aumento generalizado de preços, provocando uma subida das taxas de inflação nas principais economias, com destaque nos EUA.

Perante a persistência de pressões inflacionistas, as autoridades monetárias e fiscais, que assumiram um papel fundamental de suporte às economias desde o início da pandemia, viram-se obrigadas a equacionar a normalização dos seus ciclos de política monetária mais cedo que o previsto.

Assim, depois de no primeiro semestre de 2021, se ter assistido à consolidação da recuperação, com os dados económicos a surpreender pela positiva, durante a segunda metade do ano as atenções começaram a focar-se no surgimento de pressões inflacionistas a nível mundial e na perspetiva de subida das taxas de juro, à medida que o ritmo de crescimento económico desacelerava nas grandes economias mundiais (China, EUA e Alemanha).

Nos EUA, o crescimento do PIB terá atingido os 5,7% em 2021, um valor acima do inicialmente esperado e a um ritmo que não era registado desde 1984, resultante da forte recuperação do consumo e do investimento privado. Só no último trimestre de 2021, o investimento privado registou um crescimento superior a 30%, refletindo o forte aumento dos inventários das empresas para fazer face à crescente procura por parte dos clientes, nomeadamente de automóveis, mobiliário e equipamento tecnológico.

Na Zona Euro, o PIB terá crescido 5,2% em 2021, ainda que tenha observado uma disparidade no comportamento das principais economias: o PIB francês registou um crescimento de 6,8%, fruto da resiliência da procura interna, versus o crescimento do PIB alemão, o principal motor da região, de 2,8%. A economia alemã, esteve muito exposta a estrangulamentos nas cadeias de valor em 2021, com quase 90% do setor industrial a apresentar problemas de abastecimento, em particular na indústria automóvel, em comparação com cerca de 50% para a média da Zona Euro.

A China, um dos primeiros países a recuperar da pandemia, resultado da imposição de severas medidas de contenção, observou um crescimento do PIB de cerca de 8% em 2021,



sustentado pelas fortes exportações na sequência da abertura das economias dos seus parceiros comerciais.

Nas economias emergentes a recuperação económica foi mais lenta, comparativamente às desenvolvidas, devido essencialmente ao menor acesso à vacinação contra a COVID-19, obrigando à imposição de maiores restrições à atividade, bem como à aplicação de políticas monetárias menos acomodaticias.

Em 2021, a taxa de inflação registou uma forte aceleração em vários países, para níveis que não eram observados há muitos anos, em resultado do efeito combinado de um choque na procura agregada e de uma alteração dos padrões de consumo do sector dos serviços para os bens de consumo duradouro, que provocou também um estrangulamento da oferta, ao levar as cadeias de abastecimento e as operações portuárias a um ponto de rutura.

A taxa de inflação geral, que considera também os preços da energia e alimentação, teve uma subida ainda mais acentuada, fruto da forte apreciação do preço dos bens energéticos em 2021.

Nos EUA, a taxa de inflação ascendeu a 4,7% em 2021, tendo-se verificado um aumento de preços generalizado em quase todas as componentes, refletindo a escassez da oferta, resultado dos constrangimentos nas cadeias de abastecimento e a rigidez da oferta de trabalho, que está também a exercer pressão em alta sobre os preços.

Na Zona Euro, após um registo quase nulo em 2020, a inflação acelerou para 2,6% em 2021, em resultado dos estrangulamentos no comércio global e do caso particular do efeito de base da descida temporária do IVA na Alemanha na segunda metade de 2020.

O mercado de trabalho nos EUA melhorou significativamente, fechando o ano com uma taxa de desemprego mais reduzida, 5,4% em 2021 (8,1% em 2020), enquanto na Zona Euro se manteve praticamente inalterada (7,7%) face ao valor do ano anterior (8,0%).

À semelhança do que aconteceu, em 2020 nos EUA, com a Reserva Federal norte-americana (FED), também o BCE alterou, em Julho de 2021, o seu quadro estratégico de política monetária, adotando um objetivo simétrico de 2% para a inflação a médio prazo, que considera igualmente indesejáveis os desvios negativos e positivos da inflação face a este objetivo, mas admite que esta se pode situar, por um período transitório, moderadamente acima do objetivo.

Desta forma, os principais bancos centrais dos países desenvolvidos mantiveram as suas taxas de juro de referência inalteradas em 2021, demonstrando uma maior tolerância perante a aceleração da inflação face ao que ocorreu no passado.



No final de 2021, a FED admitiu que o problema da inflação poderia não ser passageiro e anunciou que iria acelerar a redução do programa de compra de ativos e que previa realizar três subidas da taxa de juro oficial em 2022.

Por sua vez, o BCE manteve a sua convicção relativamente à transitoriedade da subida dos preços ao longo do ano, preservando a taxa de refinanciamento Refi nos 0% e reiterando que as taxas de juro deverão ser mantidas em níveis reduzidos por um período prolongado. O BCE apenas considerou a possibilidade de reduzir a compra de ativos a partir de 2022, mas com um objetivo mais moderado que o da FED, tendo em conta o ponto do ciclo económico diferente em que estas economias se encontravam.

Em contrapartida, não obstante a disparidade significativa entre países, os bancos centrais de países emergentes (com exceção da Turquia) seguiram um ritmo diferente de normalização monetária e anteciparam-se ao movimento dos principais países desenvolvidos, realizando em 2021 subidas nas suas taxas de juro oficiais.

Será expectável, que em 2022, haja uma maior volatilidade dos mercados financeiros, face à evolução das principais incertezas: dinâmica da pandemia (que poderá apresentar um potencial risco de disrupção para as cadeias de abastecimento), persistência da inflação (em caso de prolongamento da crise energética e de manutenção de desequilíbrios entre a oferta e a procura), redução gradual do suporte da política monetária nas economias avançadas, grau de abrandamento da economia chinesa e instabilidade política.

Para além das tensões comerciais na relação EUA-China, que poderão arrefecer em 2022 à medida que cada país se concentra nas suas prioridades internas, destacam-se os riscos de conflito na Ucrânia e os relacionados com o programa nuclear iraniano.

Perante o novo contexto macroeconómico resultante do risco geopolítico provocado pela guerra na Ucrânia, as perspetivas do Banco de Portugal, de Março de 2022, são de revisão em baixa do crescimento económico global, estimando-se uma taxa de 4,1% (-0,3% face às previsões anteriores), reflectindo uma maior penalização da Rússia, seguida da Zona Euro e com menor impacto para os EUA.

Ainda assim, e independentemente dos riscos e incertezas que poderão influenciar a atividade económica, 2022 deverá ser um ano de consolidação da recuperação do crescimento, embora a um ritmo global inferior ao de 2021 e de forma distinta entre as várias regiões e países.

ECONOMIA NACIONAL



Em 2021, o PIB português registou um aumento de 4,9%, o crescimento mais elevado desde 1990, após a diminuição histórica de 8,4% em 2020, em consequência dos efeitos marcadamente adversos da pandemia COVID 19 na economia.

Apesar do decréscimo do PIB de 3% verificado no primeiro trimestre, fruto do novo confinamento restrito imposto pelo surgimento de um número muito significativo de infeções e hospitalizações pelo vírus SARS-Cov2, tendo o ano terminado num contexto de menores restrições, já com quase 90% da população vacinada, e com a economia portuguesa a recuperar.

O crescimento de 2021 ficou marcado pelo contributo da procura interna, com o consumo privado e o investimento a registarem uma forte recuperação. O contributo da procura externa líquida foi bastante menos negativo do que em 2020, com crescimentos significativos das importações e das exportações de bens e serviços.

A recuperação da economia promoveu a criação de emprego e a diminuição da taxa de desemprego, que terminou o ano em 6,6%, um mínimo desde 2002, apresentando uma evolução muito favorável quando comparado aos 7% registados em dezembro de 2020 e aos 8,2% no pico da crise pandémica em agosto de 2020.

Apesar de alguma recuperação económica, e dos apoios à manutenção do emprego e dos rendimentos, o rendimento real per capita das famílias portuguesas manteve-se aquém da recuperação para valores pré-pandemia. De acordo com os dados da OCDE, o penúltimo trimestre de 2021 situava o rendimento disponível das famílias portuguesas, ajustado de inflação e distribuído por habitante, ainda 1,4% abaixo do valor observado no quarto trimestre de 2019, antes da pandemia.

Em 2021, o Índice de Preços no Consumidor registou uma variação média anual de 1,3%, após a estabilidade de preços registada em 2020. Excluindo bens energéticos e alimentares, a taxa de variação em 2021 foi de 0,8%. Ao longo do ano a taxa de inflação evidenciou um forte movimento ascendente, em particular na segunda metade. Em dezembro de 2021 a taxa de variação homologa atingiu os 2,7%.

A recuperação da economia e o aumento do emprego melhoraram o défice público nacional em 2021, estimado em 4,3% do PIB. O rácio da Dívida Pública diminuiu 7,7 pontos percentuais do PIB para os 127,5% do PIB no final de 2021, impulsionado sobretudo pelo aumento do produto e uma ligeira redução do valor nominal da dívida.

O primeiro semestre 2022 deverá marcar o retomar de atividade económica para níveis pré-pandemia, embora condicionada pelos impactos que podem advir da situação que se vive leste da Europa. As projeções do Banco de Portugal apontam para um crescimento económico de 5,8% em 2022, 3,1% em 2023 e 2% em 2024, efetuadas antes dos desenvolvimentos mais recentes decorrentes da situação no leste europeu.

ACTIVIDADE

Portugal

O Turismo, considerado um dos principais motores da economia, e o sector que registava a maior trajetória de crescimento, foi um dos mais afectados pela pandemia de covid-19.

No final de 2021, a atividade turística em Portugal registou um crescimento face ao ano anterior, mas ainda aquém dos níveis pré-pandemia.

Apesar do número de dormidas nos alojamentos turísticos no ano passado ter superado 2020 (45,2%), 2021 apresentou os valores mais baixos de sempre desde 2013, ficando ainda 46,6% abaixo do registo de 2019.

Comparativamente a 2019, antes da pandemia, as maiores quedas nas receitas totais registaram-se na Área Metropolitana de Lisboa, que de 1.372,2 milhões de euros em 2019 passou para 504,5 milhões de euros. Na região do Alentejo, pelo contrário, foi onde as receitas desceram menos, passando dos 175 milhões de euros em 2019 para os 154,3 milhões de euros em 2021, segundo os números do INE.

Recorde-se que os primeiros dois meses de 2020, até o país se ressentir com a pandemia, ainda foram de crescimento para o turismo, ao contrário do que se verificou em 2021, cujo início de ano foi marcado por um confinamento apertado, seguido de um período longo de sérias restrições à circulação.

Apesar dos resultados do verão terem sido positivos, tratou-se de um período curto de recuperação e de crescimento, face a um primeiro semestre muito penalizador para o turismo devido às restrições impostas com a covid, que inclusivamente afetaram a Páscoa, que marca o arranque da época alta.

Em julho, registou-se algum crescimento, mas a falta de turismo externo foi notória, e em comparação com 2019, com o volume de hóspedes nos hotéis a cair 42,5% em julho deste ano, e as dormidas a registar uma baixa de 45%.

Ainda assim, o verão acabou por ser 'salvo' pelo aumento dos turistas portugueses, mesmo com os hotéis a debaterem-se com várias restrições sanitárias (ex. realização de testes de covid aos clientes nas receções).



Curiosamente, a pandemia não afetou apenas o nível das receitas e o número de turistas. De acordo com o INE, em 2021, houve "uma distribuição mensal dos resultados diferente do padrão sazonal característico", ie, "contrariamente ao habitual, não foram os meses de verão (julho a setembro) mas sim os meses de agosto a outubro que registaram maior número de dormidas, com 49,6% das dormidas totais".

No total, em 2021, registaram-se 14,5 milhões de hóspedes, dos quais 6,0 milhões estrangeiros, o que representa uma recuperação de 39,3 % e 52,0%, respetivamente, em relação ao período homólogo.

Com um total de 37,4 milhões de dormidas em 2021 (18,7 milhões de dormidas de estrangeiros e 18,8 milhões de dormidas de nacionais), os principais mercados emissores para Portugal foram o Reino Unido, Espanha e Alemanha.

No que respeita ao indicador das receitas turísticas, de acordo com o Banco de Portugal, em 2021, "os turistas residentes em França, Reino Unido e Espanha continuaram a ser os responsáveis pelas maiores receitas turísticas de Portugal". Os números revelam que os franceses contribuíram para a maior fatia das exportações turísticas nacionais (1,9 milhões de euros), seguindo-se os britânicos e os espanhóis (1,4 milhões de euros).

Empresa

Portugal

À semelhança de 2020, também no início deste exercício de 2021 a empresa teve necessidade de aderir a medidas de Layoff. As novas medidas de confinamento, impostas no início do ano, com limitações associadas ao combate à pandemia, nas lotações dos espaços e à circulação, e as quebras na procura, ditaram o encerramento temporário das unidades hoteleiras.

Com o amenizar da pandemia e o alívio das medidas no decorrer do segundo trimestre, registou-se um retomar do fluxo turístico, com especial ênfase na altura do Verão, que se revelou bastante positivo.

Para além do mercado português, que assume grande importância, os mercados de maior proximidade geográfica, tais com Espanha, França e Reino Unido, foram os primeiros a recuperar dos níveis de contração causados pela pandemia.

Brasil



O sector tem vindo a recuperar gradualmente com os níveis de confiança no Brasil a retomaram mais rapidamente, impulsionando a atividade turística, com reflexo no volume de faturação e taxas de ocupações registadas, com especial destaque para os resorts.

ANÁLISE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Resultados operacionais

RENDIMENTOS E GASTOS	2021	2020
Vendas e serviços prestados	109 920 467	68 005 141
Subsídios à exploração	5 569 394	3 666 920
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	2 024 311	881
Variação nos inventários da produção	(28 018)	285 000
Trabalhos para a própria entidade	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(18 369 895)	(9 324 333)
Fornecimentos e serviços externos	(31 487 976)	(23 564 250)
Gastos com o pessoal	(32 210 241)	(31 328 673)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(152 119)	85 974
Provisões (aumentos/reduções)	103 262	(221 901)
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	81 053	(37 096)
Outros rendimentos	2 477 606	2 731 749
Outros gastos	(1 836 258)	(1 643 088)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	36 091 586	8 656 323
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(19 146 341)	(20 040 571)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	16 945 246	(11 384 248)

O volume de faturação no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 ascendeu a 110 milhões de euros, o que representa um acréscimo significativo de 62% face ao período homólogo, reflexo do amenizar da pandemia e retoma do fluxo turístico. Em valores absolutos traduz-se num aumento de 42 milhões euros.

Os custos operacionais diretos, registaram no exercício findo de 31 de dezembro de 2021 igualmente um acréscimo embora mais contido, de 28% (cerca de 18 milhões euros em termos absolutos). Esta redução, de menor amplitude que das vendas, resulta diretamente da manutenção de postos de trabalho no decurso do período da pandemia, premissa assumida pela Vila Galé e subjacente aos apoios de layoff prestados pelo Estado Português e Brasileiro.

Os resultados brutos operacionais em 2021 (expurgando MEP) fixaram-se nos 34 milhões de euros, versus 8,6 milhões de euros em 2020, o que representa um crescimento de 294%.

Resultados financeiros



RENDIMENTOS E GASTOS	2021	2020
Juros e rendimentos similares obtidos	303 801	473 934
Juros e gastos similares suportados	(1 166 553)	(21 303 493)
Resultado antes de impostos	16 082 493	(32 213 807)

Os resultados financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 ascenderam a 863 mil euros negativos (21 milhões de euros negativos em 2020). Os resultados de 2020 foram severamente afectados pelas variações cambiais EUR/BRL, inerentes aos financiamentos do Brasil. A evolução cambial em 2021 apresentou impacto pouco expressivo.

Investimento

Ativos fixos tangíveis;

Dando continuidade ao plano continuado de remodelação e melhoramento das suas unidades hoteleiras, bem como de expansão com abertura de novas unidades em Portugal e Brasil, a Empresa realizou no exercício de 2021 obras num investimento total de 16 milhões de euros (27 milhões de euros em 2020). Deste montante, destaca-se a obra em curso do Vila Galé Alagoas, Brasil, resort all inclusive, com abertura prevista para junho de 2022 e com montante de investimento realizado em 31 de dezembro de 2021 de 11 milhões de euros.

Dívida financeira

A dívida financeira no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 aumentou em 15 milhões de euros, decorrente da contratação de linhas de crédito de médio/longo prazo de apoio à tesouraria, para fazer face ao impacto da covid19.

As amortizações das linhas de crédito de médio/longo prazo foram efetuadas de acordo com os planos de pagamentos estabelecidos com as entidades bancárias, não se tendo recorrido a moratórias.

Impostos diferidos

As variações registadas nos impostos diferidos ativos e passivos, resultam essencialmente da operação do Brasil, dado que de acordo com a legislação brasileira, as variações cambiais inerentes a operações não fechadas não concorrem para efeitos de imposto sobre lucros.

SITUAÇÃO PERANTE O ESTADO E SEGURANÇA SOCIAL

Em observação do Decreto-Lei 543/80, de 7 de novembro, informamos que não existem dívidas em mora ao Estado e Outros entes públicos, nem a Empresa é devedora de qualquer dívida vencida à Segurança Social.



PERSPETIVAS FUTURAS

Depois de 2 anos de quase paragem total da atividade turística, o ano de 2022 já arrancou a dar os primeiros sinais de retoma. Se o primeiro trimestre ainda ficará aquém dos níveis pré-pandemia, o resto do ano de 2022, com base no ritmo de reservas e procura que se tem registado, já se deverá aproximar dos anos de 2018 e 2019.

No caso dos hotéis em Portugal, já assiste à recuperação da maioria dos principais mercados emissores com especial destaque para os mercados inglês e francês. Os mercados americanos e brasileiros também já dão fortes sinais de retoma.

O segmento de eventos e congressos já está também a reagir e no segundo semestre de 2022 já existem várias datas bloqueadas.

Genericamente todas as regiões de Portugal irão apresentar uma recuperação e atingir níveis próximos dos anos pré-pandemia.

A alteração dos canais de distribuição e a redução do número de ofertas irá provocar um aumento do preço médio e consequente aumento de receita.

A vontade reprimida de viajar e alguma poupança acumulada durante a pandemia, justificam esta rápida recuperação, mas que poderá significar que em 2023 venha existir um ligeiro abrandamento.

No caso das unidades no Brasil, o verão 2021-2022 também foi positivo atingindo níveis pré-pandemia. O aumento do preço do transporte aéreo tem refreado um pouco a procura, mas ainda assim o ano de 2022 deverá ficar em linha com 2019.

Em 2022, o grupo irá inaugurar mais um grande resort all inclusive no estado de Alagoas e as perspetivas para esta nova unidade também são otimistas em especial a partir de setembro de 2022.

